

Campanha Global pela Educação

Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Professores e o Ensino

1. Contexto

“Padrões internacionais, órgãos peritos e revisões consistentemente colocam os professores no centro do acesso universal à educação equitativa e de alta qualidade”¹. Embora todos nós compartilhamos esta afirmação, por trás dela existe um abismo entre a retórica e a realidade concreta dos países, especialmente nas comunidades marginalizadas, onde a escassez de professores continua a crescer e aqueles que permanecem no serviço, fazem-no com grandes limitações e pouco reconhecimento.

Segundo a UNESCO, globalmente, são necessários 69 milhões de novos professores para cumprir as metas da educação de 2030, dos quais quase 25 milhões são necessários para atender crianças do ensino fundamental e 44 milhões para o ensino médio. Outros 28 milhões de professores são necessários para substituir os seus colegas devido à aposentadoria até 2030². Estes dados não incluem as necessidades de professores nos sistemas da educação e aprendizagem dos adultos e educação infantil, que historicamente permaneceram em desvantagem, por causa do alto número de adultos analfabetos e a privatização esmagadora da educação e do cuidado das crianças pequenas, muitas vezes nas mãos de pessoal sem educação e treinamento profissional.

Sendo a África subsaariana onde existem possivelmente os maiores desafios, é necessário acrescentar que esta região tem uma carência de 4,1 milhões de professores: quase 1 milhão no ensino primário e 3,3 milhões no ensino secundário. Até 2030, os países da região precisarão recrutar um total de 15 milhões de professores: 6,1 milhões no nível primário e 8,9 milhões no nível secundário. Estima-se que, para atingir o ODS 4 até 2030, os países precisarão recrutar 8,7 milhões em cargos novos de ensino e substituir outros 6,3 milhões de professores que deixaram a profissão³.

Com o COVID-19, os professores e as situações de ensino enfrentaram novas ameaças, causadas não apenas pela própria pandemia, mas também pelo apetite comercial de algumas

¹ UNESCO. Teacher Policy Development Guide. Paris, 2019, p.11

² <https://groundreport.in/world-needs-69-million-new-teachers-to-achieve-education-target-un-report/>

³ Teachers Task Force. Closing the gap. Ensuring there are enough qualified and supported teachers in sub-Saharan Africa. Paris, 2021.

corporações de comunicação e tecnologia, que aproveitaram a crise sanitária para fazer negócios. Com isto, surgiram tendências que directa ou dissimuladamente fizeram as pessoas acreditarem que as escolas são desnecessárias e caras, e que era possível dispensar o trabalho dos professores, substituindo-o por programas de auto-aprendizagem digital.

Estes infelizes acontecimentos contribuíram para empobrecer o trabalho dos professores e degradar o ensino, submetendo-os a mecanismos que eliminam os benefícios sociais do emprego educacional.

Como sabemos, os professores são um dos maiores componentes da força de trabalho de uma nação (2–3% ou mais do emprego formal em muitos países); eles são o principal recurso humano em qualquer sistema educacional ou ambiente de aprendizagem e o único maior componente financeiro do orçamento de qualquer autoridade educacional, que responde por algo entre 60% e mais de 80% das despesas recorrentes (não de capital) da educação pública⁴.

Com a pandemia, as tentativas de impor medidas de austeridade ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aprofundaram-se⁵ num sector majoritário de servidores públicos. Com isto, estenderam-se práticas para transplantar na educação, modelos de exploração como trabalho temporário e contratação por tempo determinado, em muitos casos sem garantia de salário mínimo ou trabalho digno.

Estes mecanismos têm sido constantemente denunciados pelos sindicatos de professores, pela Education International e pela CGE.

O Quarto Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) visa garantir melhores oportunidades de aprendizagem e uma educação mais equitativa e inclusiva para todos. Especificamente, a meta 4.c dos ODS indica um aumento na oferta de professores qualificados, principalmente em países de baixa renda. No entanto, como diz Antonia Wulff, “houveram inúmeras tentativas de reformulação da agenda e alteração do seu alcance, como a não priorização de algumas metas, em particular as dos ambientes de aprendizagem e dos professores”⁶.

Este problema deve chamar a atenção para a urgência de abordar os problemas da educação em geral, e especialmente os relacionados com o ensino e os professores, dentro do quadro dos direitos humanos e não limitá-los ao âmbito da Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

A estrutura dos direitos humanos contém obrigações juridicamente vinculativas dos Estados, que incluem os direitos à, na e através da educação, num contexto amplo que é complementado pelos direitos trabalhistas, económicos, sociais e culturais, que juntos pedem pela garantia e protecção à dignidade da profissão do ensino.

A Campanha Global pela Educação também denunciou a perseguição e assassinato de professores em muitas situações de conflito, e convocou os governos e a comunidade

⁴ Ibidem

⁵ Education International. An Educator’s guide to the WDR 2018. Brussels, 2018.

⁶ Wulff, Antonia (ed). Grading Goal Four. Tensions, threats, and opportunities in the Sustainable Development Goal on Quality Education. Brill Sense, Leiden, 2020, p.2

internacional a defender e desenvolver políticas abrangentes para proteger suas vidas e condições de trabalho.

A CGE também está preocupada com o aumento do autoritarismo e das ameaças à democracia, que incluem não apenas o fechamento de espaços de participação, mas também a repressão ao protesto social pacífico e legítimo, e a criminalização de estudantes e professores, muitos deles mulheres que defendem o direito humano à educação.

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

A CGE acredita que os professores são fundamentais para o sucesso e o futuro da educação, por isto o Plano Estratégico CGE 2023-2027 pede pelo investimento na profissão do professor, como um dos investimentos mais astuciosos para gerar retornos de um progresso social justo e sustentável.

O Plano Estratégico também sugere uma série de acções que o movimento da CGE deve realizar para que as políticas, sistemas e instituições educacionais:

- Valorizem e remunerarem adequadamente os professores em todos os níveis e criem condições de trabalho favoráveis e equitativas;
- Envolvam professores, pessoal de apoio educacional e sindicatos de professores na formação de sistemas e instituições educacionais;
- Preencham com urgência a crescente falta de professores, e considerem devidamente a diversidade e a igualdade da profissão do professor;
- Providenciem o desenvolvimento profissional contínuo e as oportunidades de aprendizagem para os professores em todos os níveis, para atender às necessidades de mudança dos alunos em toda a sua diversidade e sociedade em geral;
- Maximizem a segurança e protecção para os professores, o pessoal de apoio educacional e os alunos em todos os contextos.

Estas medidas devem ser acompanhadas pela mobilização geral dos membros da CGE, para garantir que os estados ofereçam a educação e a aprendizagem gratuita e aberta, de fácil acesso, contextualmente relevante e protejam a autonomia profissional e a liberdade académica dos professores em todos os níveis e modalidades e em todos os contextos, que inclui as emergências.

3. Desafios críticos

A CGE acredita que a escassez de professores e as ameaças à profissão do professor afectam todo o planeta porque a construção de uma cidadania global baseada no respeito e na promoção dos direitos humanos como modo de vida só pode ser alcançada ao superar todas as formas de exclusão e marginalização em todos os lugares. Porém, a CGE observa que a escassez de professores é dramática em regiões e países específicos - com um efeito perverso

sobre os estudantes portadores de deficiência e as populações indígenas - e não é um problema nos outros.

Como afirma, com razão, o membro fundador da CGE, Education International, o mundo deve ter compromisso em aumentar o investimento nos sistemas de educação pública de qualidade, e garantir os direitos trabalhistas e de boas condições de trabalho para os professores e o pessoal de apoio educacional, e respeitar os professores e a suas experiências pedagógicas. Para melhorar as condições de ensino nestas regiões e países é preciso da implementação de novas estratégias descolonizadoras, que implicam a eliminação de medidas de austeridade que impedem os Estados de pagar salários dignos aos professores, para que também seja necessário resolver o peso da dívida nos países de rendas baixa e média.

Dados globais revelam que a crise de aprendizagem noticiada diariamente em diversos meios de comunicação é devido, em parte, ao crescente enfraquecimento do trabalho do professor e à exclusão dos professores da participação nas tomadas de decisão.

Este enfraquecimento tem um efeito dramático em todos os processos educacionais, mas principalmente revela que, mais do que uma crise de aprendizagem, o mundo enfrenta uma crise de desigualdade, na qual os países de rendas baixa e média, e as populações de primeira infância, os jovens e os adultos que foram historicamente discriminadas, arcam com as consequências deste tipo de violência estrutural.

Políticas educativas sensíveis ao género; investimentos financeiros para garantir um padrão de vida digna aos professores; o acesso à tecnologia e a formação pedagógica para ensinar nas mais diversas e complexas situações, são algumas das lacunas que os governos devem corrigir com urgência para assegurar o direito de todos à educação, que inclui as mulheres e as pessoas portadores de deficiência. Não devemos esquecer que os professores em campos de refugiados estão a ensinar em ambientes superlotados e com más condições sanitárias que não apenas tornam as suas vidas consideravelmente complexas, mas também limitam as possibilidades de aprendizagem das crianças, dos jovens e dos adultos.

Por último, a CGE concorda que os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na promoção de valores democráticos nas comunidades. No entanto, a falha em inculcar os valores de democracia, dos direitos humanos e das normas da lei – acompanhado de discussão aberta e do pensamento crítico – não é um acidente nas ditaduras⁷.

Como sociedade, não podemos simplesmente esperar que os professores, que vivem sem a protecção e treinamento necessários, possam assumir com sucesso a responsabilidade de educar as crianças, os jovens e os adultos em situações de emergência. Os professores precisam de treinamento especial para apoiar comunidades afectadas por guerras, mudanças climáticas, desastres e, entre outras emergências, a fome. À medida que continuamos a testemunhar situações de emergência, como a crise dos refugiados de Rohingya em

⁷ Education International. On Education & Democracy. 25 Lessons from the Teaching Profession. Brussels, 2019. , p.18

Bangladeche⁸, o deslocamento maciço de civis dentro e fora das fronteiras nacionais no Afeganistão⁹ e as pessoas que enfrentam insegurança alimentar no Chifre da África (Nordeste Africano)¹⁰, estas emergências frequentemente são entrelaçadas.

É injusto esperar que os professores resolvam problemas que não são discutidos ou resolvidos nas arenas políticas nacionais e internacionais correspondentes. Mas é impossível que estes problemas sejam resolvidos sem a participação dos professores. Quebrar padrões duplos é uma tarefa que devemos empreender com determinação.

4. Próximos passos

O trabalho de advocacia da CGE deve continuar na concentração das necessidades e dos direitos dos professores, e garantir que eles permaneçam no centro da educação.

É conveniente expandir a ênfase, embora, para que os sindicatos de professores sejam progressivamente incluídos em todas as Coalizões Nacionais de Educação. Desta forma, a voz e a experiência dos professores - especialmente a dos mais jovens - enriquecerá a tomada de decisões sobre acções de advocacia.

Um elemento crítico da democracia na educação, apoiada nos padrões internacionais e nas boas práticas, é a liberdade académica ou profissional. Parte do desenvolvimento das competências democráticas é criar e manter um ambiente de liberdade de expressão, então se a liberdade académica for efectivamente protegida para os professores, isto criará um bom clima para a aprendizagem sobre a democracia para os estudantes¹¹.

Este princípio abre novos desafios para a CGE, porque a capacidade dos professores de incutir valores democráticos, de justiça ambiental, de igualdade de género e de construir massa crítica requer um tipo de educação e formação inicial a que nem todos têm acesso. Influenciar os programas de formação dos professores, então, é um caminho estratégico que deve ser explorado de forma mais decisiva, especialmente em universidades ou instituições equivalentes, responsáveis pela formação dos professores.

Outras acções de advocacia devem ser direccionadas para a adopção de quadros legais e políticas concretas para garantir as melhores condições de trabalho aos professores, e inclui a preparação nos contextos de emergência.

É particularmente importante garantir as condições necessárias para o trabalho do professor nos campos de refugiados, nos abrigos de migrantes e requerentes de asilo, e instalações similares, com protecção especial para as professoras e alunos, e incluir professores e suas organizações representativas nas estruturas de tomada de decisão em todos os níveis.

⁸ M. Mahruf C. Shohel (2020) Education in emergencies: challenges of providing education for Rohingya children living in refugee camps in Bangladesh, Education Inquiry.

⁹ See UNHCR (2021). Urgent: Rapid escalation in Afghanistan.

¹⁰ Brain, L, and Hammond, L. (2020). Food security during the COVID-19 pandemic: overlapping challenges, emerging responses in the Horn of Africa. SOAS.

¹¹ Education International. On Education & Democracy, op cit, p. 28